Fundação Getulio Vargas | **Veículo:** Diário da Manhã - GO | **Data:** 05/11/2021
Tópico: FGV Social | **Página:** 10 | **Editoria:** DM.COM.BR

FOME

Aumentam os furtos de alimentos em Goiás

Levantamento feito pela Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO) identificou que dos 125 casos atendidos em audiências de custódia em Goiânia pela instituição, 22 deles eram de prisões em flagrantes por furto famélico

STEFFANY POUSO

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que, de cada 100 goianos, 24 vivem com até R$ 450,00 por mês. Valor, este, que não paga nem uma cesta básica. Goiás está em quinto lugar em relação aos estados que mais cresceram em pobreza no período entre novembro de 2019 e janeiro de 2021.

De acordo com o relatório O Vírus da Fome se Multiplica, da Oxfam Brasil (Comitê de Oxford para Alívio da Fome), o percentual de brasileiros que vivem em extrema pobreza quase triplicou, desde o início da pandemia, subindo de 4,5% para 12,8%. No final de 2020, 116 milhões de brasileiros enfrentavam algum nível de insegurança alimentar.

Ainda segundo o relatório, o nível de insegurança alimentar grave da população brasileira nunca esteve tão alta desde 2004, quando 9,5% da população conviviam com a fome diariamente.

Furtos famélicos

Diante disso, um levantamento feito pela Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO) identificou que dos 125 casos atendidos em audiências de custódia em Goiânia pela instituição, 22 deles eram de prisões em flagrantes por furto famélico, ou seja, roubo para matar a fome. Esse número corresponde a 20% das audiências de custódia realizadas de segunda a sexta-feira pela DPE-GO no período de julho a outubro de 2021.

O defensor público Luiz Henrique Silva Almeida, titular da 4ª Defensoria Pública Especializada Criminal da Capital, ressalta. "A primeira questão é perceber que esse tipo de conduta não traz um problema de segurança, mas um problema social", explica. "Não é o Direito Penal o meio adequado para tratar a questão. O direito à alimentação é previsto na Constituição e fica claro que o Estado falhou na sua missão".

Luiz alerta que os casos de furtos famélicos estão crescen-

do, não só em Goiânia, mas em todo o Brasil. No mês de outubro, em Goiânia, o preço da cesta básica chegou a R$ 538,61, quase metade do salário-mínimo (R$ 1.100,00).

"Não há dúvidas de que é crescente o empobrecimento da população, o que leva as pessoas a praticarem esse tipo de conduta, por completa necessidade. Temos visto pessoas revirando lixo, comprando ossos para ter o que comer", exemplificou.

Apesar de o Superior Tribunal Federal (STF) entender que casos como esses devam ser arquivados, ainda não existe uma norma obrigatória no Brasil para o arquivamento de crimes em que é observado o princípio da insignificância, quando o valor do furto é tão baixo que não causa prejuízo à vítima.

Para o defensor público Leonardo Stutz, titular da 1ª Defensoria Pública Especializada Criminal da Capital, a punição judicial deveria ser o último recurso adotado a essas pessoas. Stutz diz que as medidas punitivas não solucionam o problema e defende que a prisão dessas pessoas não trará benefícios, para a sociedade ou para o indivíduo.

Segundo a DPE-GO, a maioria dos furtos realizados foram de carnes, há também produtos de higiene pessoal, utensílios para cozinha, chocolates e outros alimentos. As pessoas envolvidas nesses casos já estão em liberdade.

O percentual de brasileiros que vivem em extrema pobreza quase triplicou desde o início da pandemia